

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ENSINO DE QUÍMICA E A VIVÊNCIA DE ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE AROEIRAS-PB.**

Jaqueline Mendes da Cunha (1); Gêssica Garcia Ramos (1); Antônio Marcos de Oliveira (2); Kaline Rosário Morais Ferreira (3)

*Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Departamento de Química, Campus I, Campina Grande-PB*

*e-mail: jaqueline3108uepb@gmail.com*

### **RESUMO**

A inclusão no país é lei, não importa quais limitações apresente um ser humano ele terá direito a educação. Mas para que ocorra realmente essa inclusão há a dependência de muitas transformações não só em questões pedagógicas, mas na sociedade. Infelizmente, existem escolas que ainda se opõem a receber alunos com qualquer tipo de limitação no ensino regular, algumas por serem privadas e exigirem gastos extras, que muitas vezes as famílias não podem arcar. Já no caso das escolas públicas as mesmas não podem se negar a receber esses alunos, mesmo percebendo o despreparo estrutural nas escolas e a falta de formação dos docentes. Como não questionar uma atitude que impeça o desenvolvimento de um ser humano? Já que perante a lei somos todos iguais, temos os mesmos direitos e deveres. Neste sentido, este estudo teve como objetivo mostrar a vivência dos alunos surdos diante do Ensino de Química nas escolas públicas. Como instrumento da coleta de dados utilizou-se um questionário, aplicado com os estudantes surdos de uma Escola Estadual do município de Aroeiras- PB. Com base nos dados obtidos pode-se perceber que faltam profissionais especializados na área, que existem diversas dificuldades enfrentadas pelos estudantes e que os docentes precisam usar dos recursos tecnológicos disponíveis para despertar o interesse de seus alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão, Química, Ensino.

### **INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento de uma escola inclusiva constitui hoje em dia um objetivo central dos diversos sistemas educativos. A inclusão é um movimento educacional, social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos a participarem de forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional vem também, defender o direito de todos os alunos a desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriar as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, adequada as suas necessidades, interesses e características (FREIRE & CÉSAR, 2007). Ao longo dos anos as escolas inclusivas têm passado por grandes transformações e conscientizações dos docentes que as integram, porém não é o suficiente, ainda há grandes



preocupações na melhoria da educação e no preparo para o meio social desses alunos com necessidades educacionais, a realidade constatada por intérpretes e professores que trabalham em escolas inclusivas e/ou especiais é o despreparo estrutural da escola, a falta de formação dos docentes, além da carência de material didático, sendo tudo isso prejudicial na formação dos alunos com necessidades especiais. Uma pessoa com deficiência encontra várias limitações no âmbito escolar seja ela na adaptação do espaço escolar ou na comunicação com os colegas e com o corpo de funcionários. Em se tratando do aluno em situação de deficiência, a Educação Inclusiva (EI) é a garantia do acesso imediato e contínuo ao espaço educacional e escolar regular, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento, para que possam se desenvolver social e intelectualmente na classe regular. Desse modo, a política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física dos alunos junto aos demais educandos, mas sim desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades (GODOY, 2000). Para que haja inclusão se faz necessário que as necessidades dos alunos sejam atendidas com naturalidade para que eles não se sintam impotentes, para isso a escola precisa estar preparada para atender esse público. Há bastante tempo, documentos oficiais apontam a relevância do desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem que contemple as necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2002; 1996). Para que um país esteja em condições de satisfazer as necessidades fundamentadas da sua população, o ensino de ciências e a tecnologia são imperativos estratégicos. Como parte dessa educação científica e tecnológica os estudantes deveriam aprender a resolver problemas concretos a satisfazerem as necessidades da sociedade, utilizando as suas competências e conhecimentos científicos e tecnológicos. Hoje, mais do que nunca, é necessário fomentar e difundir a alfabetização científica em todas as culturas e em todos os setores da sociedade. (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE LA CIÊNCIA, Budapeste, 2000). Para os alunos que se comunicam com a língua de sinais libras, há certa dificuldade de ensinar a ciência exata, pois muitos símbolos que são usados com frequência nas disciplinas de Química, Matemática e Física durante as aulas não são de conhecimento deles dificultando o aprendizado do núcleo. No Brasil, o primeiro atendimento escolar aos portadores de deficiências que se tem conhecimento histórico é datado de 1854; quando através do decreto imperial nº 428, Dom Pedro II funda, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos 46 meninos cegos. E no ano de 1857, na mesma cidade, Dom Pedro II



funda pela Lei nº 839 de 26 de setembro, o Imperial Instituto dos surdos-mudos, ainda hoje a mais importante escola desse gênero no país, com o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). (BARATA E PROENÇA, 2001).

### *Ensino de Química para Alunos Surdos*

A aprendizagem de alunos surdos tem sido tradicionalmente encarada de acordo com as habilidades de comunicação expressiva e receptiva. Concebida como privação da audição, a surdez tem, nesse impedimento de acesso aos sons da fala, a principal dificuldade de aquisição da linguagem. Segundo Guarinello (2007), para os alunos com deficiência o ensino se torna mais delicado uma vez que a química é complexa, pois os mesmos alegam que não entendem as aulas e que só fazem copiar o que o professor escreve no quadro, os mesmos ainda dizem que os professores escrevem muito, não trazem vídeos ou aulas diferentes para dinamizarem as aulas. O profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país é qualificado para desempenhar a função de intérprete (BRASIL, 2004). “No processamento da informação dada na língua fonte, o intérprete faz escolhas lexicais, estruturais e pragmáticas na língua alvo o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte” (BRASIL, 2004). Na maioria das vezes o intérprete não tem conhecimento químico, outro caso que afeta é a inexistência de sinais específicos dificultando a intermediação do conteúdo e o aprendizado do sujeito.

## **METODOLOGIA**

### *O que dizem os alunos e professores: Análise dos questionários*

Este estudo foi desenvolvido em uma Escola Estadual de Ensino Médio do município de Aroeiras-PB, com professores de diferentes disciplinas e alunos surdos que frequentam o ensino básico regular. Os dados foram colhidos a partir de questionários para as duas classes citadas acima, os questionários apresentavam seis questões onde os professores e alunos podiam justificar suas respostas. Os alunos se dividiam em dois grupos um primeiro grupo de dois alunos surdos com um intérprete e um segundo grupo formado por dois alunos surdos sem intérprete. Os alunos surdos não possuem nenhum tipo de comunicação com o professor e nem com os colegas em sala de aula, ambos os alunos com



ou sem intérprete comunicam-se apenas com o intérprete ou entre si. Para os alunos que não tem o auxílio do intérprete os mesmos relatam não conseguirem entender com clareza os conteúdos e não possuem diálogo com os professores, pois os mesmos não sabem a língua de sinais, a mesma situação acontece com os colegas de sala de aula e com o corpo de funcionários da escola, um dos alunos relata que se sente excluído do ambiente escolar. E a escola desde o início do ano letivo tenta conseguir um intérprete com os órgãos responsáveis, mas até o momento não obtiveram sucesso.

É necessário que os professores mantenham uma comunicação em sala de aula com esses estudantes, fazendo com que os mesmos não se sintam excluídos, mas infelizmente os professores não se sentem preparados para atender a esses alunos. Quando os mesmos vêm para a aula acompanhados com o intérprete as aulas ocorrem com naturalidade, mas quando acontece o contrário e o município ou o estado não disponibilizam o intérprete, acaba não havendo nenhum rendimento em sala para os alunos surdos, onde os mesmos acabam só copiando o que está no quadro, é necessário que o professor faça a interligação da explicação oral e da escrita no quadro, pois assim eles conseguirão compreender os conteúdos ministrados, produzindo resultados satisfatórios na aplicação das atividades de fixação. Alguns professores relatam ainda que sentem a necessidade de uma formação complementar para atendê-los com maior qualidade, mudando a metodologia de ensino, outros professores ainda apresentam pensamentos retrógrados, alegando que apenas a presença de um intérprete nas aulas é suficiente para o aprendizado dos alunos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir dos dados obtidos nesta pesquisa pode-se perceber um descaso considerável com a educação inclusiva, onde o sistema educacional permite a inclusão de alunos com qualquer tipo de deficiência nas escolas de ensino básico regular, mas infelizmente os mesmos não são atendidos de maneira adequada, porém é válido lembrar que esse descaso não é dado apenas pelo sistema educacional, mas também pelos professores que não buscam capacitação para atender a esses alunos e conseqüentemente dificulta o desempenho e o aprendizado dos mesmos. É possível perceber nos estudantes com deficiência que frequentam a escola citada acima um grande desejo de aprender e interagir com o núcleo escolar, mas infelizmente é impossível pela falta de capacitação das pessoas deixando muitas vezes os



alunos desmotivados.

É possível observar ainda de acordo com os resultados obtidos que para os alunos com intérprete o aprendizado da Química ocorre naturalmente como nas outras disciplinas. E que algumas vezes o intérprete enfrenta dificuldades para repassar certos conteúdos das disciplinas como fórmulas extensas, símbolos, palavras que não são comuns na língua de sinais, pois não existem sinais específicos para estes, o que é um fato preocupante, uma vez que eles não possuem qualquer formação ou capacitação extra na área e o único conhecimento que tem das disciplinas é o que adquiriram quando estudaram as mesmas.

É necessário que esses alunos sejam atendidos adequadamente para que possam desenvolver bem suas atividades diárias escolares e que assim não encontrem dificuldades em séries posteriores ou na sua vida social, uma vez que a escola é a intermediadora entre o conhecimento e a preparação para o desenvolvimento social do aluno preparando-o para o mercado de trabalho. Em meio ao descaso que acontece com os alunos com deficiência é necessário que haja a participação incessante da escola incluído os mesmos nas atividades extracurriculares realizadas pela escola, para que os mesmos possam interagir e se aproximarem dos colegas e de todos que compõem o núcleo escolar.

## CONCLUSÃO

A inclusão é um ideal a ser atingido, mas no seu percurso surgem diversos elementos que o transformam em algo muito complexo. É notório que a educação tem que mudar em muitos aspectos para que se possam configurar práticas, formas de estar e de se relacionar desses alunos, afastando assim a ambiguidade da lei que permite a existência de práticas que se afastem do ideal defendido. É indispensável um processo de inclusão que surja num ambiente de valorização da diferença como meio de melhorar a qualidade da resposta educativa para aqueles mais diferentes. Nesta perspectiva, é necessária uma maior e melhor inclusão de alunos com qualquer tipo de diferença em escolas regulares, capacitação dos professores e funcionários que fazem parte do núcleo escolar, melhoria estrutural e didática das escolas e principalmente de assistência por parte dos poderes públicos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: SEE/SP, 2004.

BARATA, A. L. K. e PROENÇA, M. C. G. Métodos e técnicas de aprendizagem acadêmica Utilizados com pessoas portadoras de deficiência auditiva: uma análise teórica. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade da Amazônia, Belém, 2001.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE LA CIÊNCIA. La Ciência para el siglo XXI – un nuevo compromiso. Budapeste. UNESCO, Paris, 2000.

FREIRE, S. e CÉSAR, M. O processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular: um estudo de caso. Universidade de Lisboa, 2007.

GUARINELLO, A. C. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo: Plexus, 2007.

GODOY, M. F. R. INES/Divisão de Estudos e Pesquisas (Org.). Formação de profissionais na educação especial. In: SEMINÁRIOS DESAFIOS PARA O PRÓ- XIMO MILÊNIO. Livro de resumos. Rio de Janeiro: CIP, 2000.

